

informaram que já tiveram alguma situação de mordedura por cães; e 94% dos moradores relataram que havia muitos cães soltos na rua e que alguns desses animais eram domiciliados, conforme informações de alguns residentes. Ficou estabelecido o número de cães e gatos por domicílio de 1,93, sendo que essa estimativa é importante para uma situação de foco de raiva e posterior vacinação. Esses resultados demonstram que o médico-veterinário tem um papel fundamental no trabalho de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, inserindo-se no Núcleo de Apoio à Saúde Familiar (Nasf) e em alguma atividade multidisciplinar relacionada ao manejo técnico das questões sanitárias e ambientais, como a política de controle populacional dos animais e a circulação de agentes e patógenos no território e no domicílio.

### 75 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS ANIMAIS: CARACTERIZAÇÃO E ESTUDO DO VÍNCULO ESTABELECIDO E OFERECIMENTO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

MARTINS, M. F.<sup>1</sup>; CAPELLI, L.<sup>2</sup>; BERTANHE, M.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Professora Doutora da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP). E-mail: fmartins@usp.br

<sup>2</sup> Médica-veterinária (FMVZ-USP).

<sup>3</sup> Acadêmica (FMVZ-USP).

A população em situação de rua enfrenta diversas dificuldades por ser desprovida de direitos fundamentais à manutenção de uma vida estável, sendo agravada quando essas pessoas são tutoras de animais de companhia. O trabalho busca auxiliar essa parcela da população oferecendo diversos serviços que visam promover a conservação da tutoria desses animais da melhor forma possível, além de estudar o vínculo estabelecido entre os animais e seus tutores. Nesse contexto de privação, busca o entendimento acerca das razões que levam essas pessoas a optarem pela companhia de um animal, mesmo que essa escolha implique obstáculos a serem superados. São objetos de estudo os aspectos psicológicos dos tutores e comportamentais dos animais, o manejo e os aspectos sanitários e de saúde, a castração e o bem-estar animal. Para sua realização foram selecionadas cinco rotas, em áreas urbanas da cidade de São Paulo, são elas: Praça 14 Bis, Zona Sul (da Consolação à Santa Cruz), Brás/Bresser, Sé/República e Minhocão. Em cada uma das rotas foi aplicado um questionário estruturado com 80 questões que inferiam sobre afetividade, conhecimentos sobre guarda responsável e saúde pública, e condição geral de saúde do tutor e de seu (s) animal (is). Além da aplicação do questionário, na entrevista foi determinado o perfil socioeconômico do tutor, e o registro de seus animais. O questionário foi aplicado também com a população em dois formatos: presencial e on-line (Questionário Google). Assim, para possibilitar uma análise comparativa, os resultados obtidos foram divididos em dois grandes grupos – não domiciliados e domiciliados. Após a análise dos dados obtidos foi efetuada uma cartilha destinada à população em situação de rua, para conscientizá-la sobre a importância do controle de zoonoses e guarda responsável. Paralelamente, foi criado o Projeto População Desabrigada e Seus Animais (PDSA), que atua nessas cinco rotas fazendo o controle higiênico sanitário dos animais. O trabalho contou com o apoio de dois bolsistas do Programa CCEX da Universidade de São Paulo (USP) e cerca de 20 voluntários que auxiliaram na aplicação do questionário e na execução dos serviços oferecidos pelo Projeto PDSA nas ações que realiza. Entre os 86 animais atualmente cadastrados no Projeto, há 66 cães e 20 gatos. Os dados obtidos mostram que não há relação entre a renda mensal total dos tutores e a renda mensal destinada a gastos com seus animais; que tutores homens apresentam uma leve tendência à preferência de cães machos, e que, além disso, têm menor aceitação da castração de seus cães machos, quando é comparada à aceitação de tutoras mulheres, que se mostram menos resistentes em colocar seus cães na fila de espera de castração; os animais representam um vínculo afetivo fundamental para

seus tutores, muitas vezes tornando-os pessoas mais tranquilas e menos ansiosas, ajudando inclusive no combate à depressão e no combate ao consumo de drogas. Frequentemente os tutores se referem a seus animais como membros familiares, denominando-os “filhos” e irmãos”. Tendo em vista os resultados obtidos a conclusão obtida é que se faz necessário um trabalho de conscientização contínuo com os tutores para melhorar o bem-estar dos animais e para o controle de zoonoses.

### 76 CAPTURA, ESTERILIZAÇÃO E DEVOUÇÃO: UMA PROPOSTA DE MANEJO PARA POPULAÇÕES FELINAS

MELLO, O.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Projeto Felinos Urbanos, de São Luís/MA.

A captura, esterilização e devolução (CED) é utilizada desde 1960, com início na Inglaterra, como estratégia de controle populacional de colônias de felinos (gatos ferais ou ariscos). As autoridades brasileiras perceberam que as alternativas utilizadas anteriormente, como a captura dos animais e solturas em outras áreas, encaminhamento para abrigos (onde não poderiam ser manejados ou adotados por causa de sua natureza selvagem) e eutanásia não eram soluções definitivas para o problema. Gatos ferais ou ariscos são descendentes de gatos domésticos que nasceram ou foram criados sem contato humano. Eles vivem furtivamente em áreas urbanas ou rurais, criando fortes laços com seus territórios e possuem estrutura social complexa. Pelas características de seu ciclo reprodutivo e número significativo de filhotes por ano, além de uma alta disponibilidade de alimentos, seja por fornecimento de cuidadores e lixo doméstico, esses animais podem se multiplicar com grande rapidez, de dezenas a centenas de indivíduos em um curto período de tempo. Gatos de colônia são vítimas da violência humana, atropelamentos, envenenamentos e passam seus dias em lutas para reproduzir, bem como, na busca de alimento e abrigo para si e seus filhotes, são suscetíveis a doenças como raiva, FIV e FELV felinas, sarna, infestação por parasitas, ferimentos severos e, normalmente, terminam seus dias precocemente, à mingua e sem assistência. Através da CED procura-se oferecer a esses animais uma melhor qualidade de vida através da castração, vacinação e monitoramento de suas colônias. Ao mesmo tempo que o número das populações se estagna e diminui, os gatos submetidos à CED não permitem que gatos inteiros adentrem em seus territórios. Esses animais, após esterilização, se tornam mais calmos e são mais aceitos pelos humanos a seu redor, já que não apresentam mais comportamentos desagradáveis, como demarcação de território, vocalização de acasalamento ou brigas. A CED também pode atuar em comunidades carentes, oferecendo esterilização para gatos semidomiciliados de famílias de menor poder aquisitivo, colaborando para a conscientização em relação aos benefícios da castração, reduzindo o número de abandonos e demais malefícios causados pelo descontrole populacional felino.

Apesar de a CED ser utilizada em diversos países do mundo, reconhecida por grandes instituições de bem-estar animal e descrita pela American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA) como “a estratégia mais humana, efetiva e financeiramente viável para controlar populações de gatos errantes”, no Brasil, com o surgimento lento de grupos envolvidos, o método ainda está engatinhando. Em nosso país, atualmente, a grande maioria dos felinos sem lar é resgatada e colocada em abrigos já superlotados, dependendo de recursos financeiros escassos, com poucos voluntários para seu cuidado e com chances pequenas de adoção. O processo para que um gatinho ganhe um lar é mais difícil, economicamente dispendioso e demorado que o investimento em castração em massa. Ainda é grande o preconceito em relação a esses animais, assim

como a falta de conhecimento em relação à guarda responsável e à criação *indoor*. O grande número de animais abandonados e disponíveis para adoção resulta até mesmo pela rejeição por cores de pelagem e idade. A disseminação da CED como alternativa no cuidado desses felinos de vida livre e a conscientização da castração em massa como estratégia contra o abandono é essencial para que pessoas sensíveis à causa animal, médicos-veterinários, estudantes e outras esferas da sociedade compreendam melhor os gatos de colônia e gatos semidomiciliados, se sensibilizem com a condição de vida que lhes foi imposta e possam se sentir confiantes em iniciar ações destinadas a ajudá-los.

O simpósio tem como objetivo educar as pessoas sobre a CED como alternativa para controle populacional e bem-estar de colônias felinas, apresentando um breve histórico da prática, métodos para sua implementação e desenvolvimento, manejo de gatos ferais e ariscos, assim como os principais benefícios para esses animais e exemplos de sucesso em outros países e no Brasil.

### 77 SUCESSOS E LIMITAÇÕES DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

SPREA, G.<sup>1</sup>; ERSCHING, L. H.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Médica-veterinária da Vigilância Ambiental, da Prefeitura Municipal de Campo Largo/PR. E-mail: gisprea@gmail.com

<sup>2</sup>Professora do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UniCentro).

Em alguns municípios do Brasil a manutenção de cães comunitários tem sido implementada como estratégia de manejo populacional. A parceria do poder público com as pessoas da comunidade, nas quais esses cães mantêm laços de dependência, busca reduzir a reprodução e o fluxo de animais nas ruas e promover a melhoria da qualidade de vida desses cães, ou mesmo de aumentar as chances de serem adotados. O trabalho descreve os sucessos e limitações das ações voltadas a cães comunitários realizadas no município de Campo Largo, no Estado do Paraná, Brasil. A partir do mês de fevereiro de 2010 os cães comunitários passaram a ser cadastrados pela prefeitura do município como uma das ações do projeto “Cuide de seu animal”, executado pela Vigilância em Saúde Ambiental. A padronização do cadastro ocorre primeiramente com a identificação do cão na rua que tem acesso a recursos básicos e vínculos afetivos com pessoas da comunidade. Posteriormente, definidos um ou mais mantenedores, é aplicado um questionário para verificar os critérios envolvidos na relação do cão com a comunidade, o que auxilia a oficialização do cadastro. Quando o cadastro é realizado, é efetuada a avaliação dos indicadores de bem-estar e a orientação para a implantação de condutas destinadas à melhoria dos aspectos mais comprometidos e ainda são repassadas instruções ao cuidador referentes a suas atribuições e as que são da alçada da prefeitura. O cuidador passa a ser o responsável por fornecer água, alimento, abrigo, carinho, recolher os dejetos e comunicar à prefeitura quaisquer eventos relevantes relacionados ao cão. O poder público passa a ser o responsável pela desverminação, vacinação contra raiva e doenças espécie-específicas, microchipagem, esterilização e cuidados veterinários. Os sucessos alcançados com o programa foram a conclusão de que o grau de bem-estar dos animais situava-se majoritariamente entre os valores médio a alto, e que o programa permitiu o fortalecimento dos vínculos estabelecidos entre humanos e cães resultando na adoção de alguns animais, na conscientização da sociedade perante a importância das ações voltadas a esses cães e de sua multiplicação espontânea entre os municípios. As principais limitações constatadas foram: ausência de previsão em legislação específica e, conseqüentemente, questionamentos existentes nos últimos anos quanto às atribuições da Secretaria de Saúde no manejo de

populações de animais e o impacto disso especialmente na obtenção de recursos financeiros e humanos para manutenção do programa. Por esse motivo, as dificuldades logísticas e de infraestrutura para o atendimento de urgências médicas, que já eram existentes desde o início das ações, são os maiores desafios da atualidade. Espera-se que a relevância do programa à Saúde Pública seja compreendida e que os órgãos competentes definam processos e recursos específicos para sua consolidação como Política Pública. Espera-se também que o programa seja aceito e reconhecido mundialmente, como uma ação a ser adotada em todos os municípios do Brasil e nos países que possuem problemas de manejo populacional de cães em áreas urbanas.

### 78 PRINCIPAIS INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE UM PROGRAMA DE MANEJO DE POPULAÇÕES DE CÃES DE COMUNIDADE

ALMEIDA, J. T.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Médica-veterinária e Mestranda em Ciências Veterinárias na Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculada ao Laboratório de Bem-Estar Animal (Labea). E-mail: juli\_tozzi@hotmail.com.

O controle apropriado da população canina é de responsabilidade do governo nos âmbitos local e federal e também da sociedade. Organizações não governamentais representam a sociedade civil organizada e têm importante papel para conduzir e apoiar estratégias governamentais, de forma assistencial e sinérgica de modo a contribuir para o programa. Quando o controle populacional de cães é analisado, é essencial que ele seja alcançado com o emprego de práticas humanitárias, que levem a uma melhoria do bem-estar da população de cães como um todo e também da comunidade. Condições, composição e tamanho das populações de cães podem variar significativamente entre países e dentro de um mesmo país, portanto, não existe uma única intervenção viável para todas as situações. O único conceito que é considerado universal é o da necessidade de um programa abrangente, focado nas causas e não apenas no tratamento das conseqüências da presença de cães nas ruas e que possa ser controlado, monitorado com a avaliação permanente da viabilidade dos métodos implantados. Componentes básicos para compor um programa de manejo de populações de cães devem estar associados aos indicadores de educação, legislação, identificação e registro animal, castração (controle reprodutivo), atendimento clínico, centros de realocação, vacinação, eutanásia e recolhimento seletivo (animais em sofrimento, agressivos, zoonoses). Contudo, para a implantação de um programa voltado a cães de comunidade é necessário que esses indicadores sejam adaptados quanto à estratégia adicional no manejo populacional. A realização de trabalhos sobre a forma de dinâmica em grupo permite a discussão dos critérios a serem adotados na seleção dos cães de rua para que sejam considerados como cães comunitários e dos critérios para que o mantenedor seja considerado apto ou não; soluções e/ou pareceres sobre agressividade em função territorial; participação social, ou seja, formas para envolver e educar a comunidade. A conclusão é que apenas o esforço coletivo e sinérgico dos vários segmentos que compõem a sociedade envolvidos na problemática é que permitirá a obtenção de respostas para os anseios da população, pois as causas e conseqüências da alta densidade de animais nas ruas envolve uma responsabilidade compartilhada entre os órgãos públicos e a sociedade como um todo.